

A Instituição de Novos Hábitos Alimentares: Por uma Agenda de Redução do Consumo de Carne Vermelha

Autoria

Fabio Melges - fabioemelges@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGAD / UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Esan / UFMS

MAURILIO BARBOSA DE OLIVEIRA DA SILVA - barbosamaurilio@hotmail.com

Elcio Gustavo Benini - elciobenini@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGAD / UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Mestrado profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) / UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Joao Bosco de Moura Filho - jbmoura89@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Adm/Mestr e Dout em Admin/Esc de Admin e Neg - PPGAD/ESAN / UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo

Diante do impacto ambiental gerado pelo processo de produção de carne vermelha, bem como das questões éticas ligadas ao consumo de animais, este ensaio investigou a literatura pertinente à temática a fim de identificar os principais obstáculos relacionados à concepção e implementação de uma agenda política de redução do consumo de carne vermelha. Argumentamos que a instituição de orientações ético-políticas e hábitos correspondentes ultrapassam as questões que têm alimentado a agenda política, esta pautada em alternativas proteicas e nos tradicionais instrumentos de política ambiental. Concluímos que diante da paulatina descoletivização e a desincrustação do econômico das relações sociais é necessário criar novos espaços de ação coletiva, de se instituir o Comum, este enquanto princípio político e prático, assim como uma articulação ampla e dialética que considere os fundamentos e as relações entre a estrutura socioeconômica hegemônica e as formas culturais, políticas e institucionais correspondentes.

A Instituição de Novos Hábitos Alimentares: Por uma Agenda de Redução do Consumo de Carne Vermelha

Resumo: Diante do impacto ambiental gerado pelo processo de produção de carne vermelha, bem como das questões éticas ligadas ao consumo de animais, este ensaio investigou a literatura pertinente à temática a fim de identificar os principais obstáculos relacionados à concepção e implementação de uma agenda política de redução do consumo de carne vermelha. Argumentamos que a instituição de orientações ético-políticas e hábitos correspondentes ultrapassam as questões que têm alimentado a agenda política, esta pautada em alternativas proteicas e nos tradicionais instrumentos de política ambiental. Concluimos que diante da paulatina descoletivização e a desincrustação do econômico das relações sociais é necessário criar novos espaços de ação coletiva, de se instituir o Comum, este enquanto princípio político e prático, assim como uma articulação ampla e dialética que considere os fundamentos e as relações entre a estrutura socioeconômica hegemônica e as formas culturais, políticas e institucionais correspondentes.

Palavras-chave: crise climática; políticas públicas; instituições; hábitos alimentares; comum.

Introdução

A problemática – no sentido de um conjunto de problemas – ambiental é um desafio de grande complexidade que não pode ser dissociada de questões sociais e econômicas. Estudo conduzido pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2011a) relata que passamos por um cenário grave e complexo de desafios ambientais que incluem o aquecimento global, desmatamentos e o desaparecimento de biodiversidade. O mais recente relatório do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC, 2021) evidenciou que a governança global tem fracassado no endereçamento do problema no que tange à diminuição da redução de emissões de CO₂ e a consequente redução do aquecimento do planeta.

Tais questões estão ligadas a desafios de ordem global, como a crise financeira, o aumento da desigualdade social e pressões sociais diversas. Ademais, de acordo com a *World Health Organization* – WHO (2003), mudanças nas condições climáticas disseminam agentes infecciosos e podem levar a problemas sérios de saúde pública.

Em 2050, estima-se, a população global será composta por 9 bilhões de indivíduos, contudo, as projeções indicam que a produção alimentar não acompanhará o crescimento populacional, o que acarretará, portanto, no desabastecimento (FAO, 2011b; BONNY *et al.*, 2017). Nesse sentido, surge a necessidade de desenvolvimento de formas alternativas de alimentação que supram as demandas, principalmente proteicas, já que a capacidade de produção de carne convencional atingirá seu ápice de produção muito antes de 2050 (FAO, 2015).

Além da mencionada possibilidade de desabastecimento, as formas atuais de consumo e produção de carne estão ligadas a outros dois fatores que urgem atenção. O primeiro, versa sobre os danos ambientais, que podem ser exemplificados pela alta emissão de gases que provocam o efeito estufa (SWAIN *et al.*, 2018). A produção de carne tradicional é responsável por 14% da emissão global desses gases (GERBER *et al.*, 2013). Além disso, quantidades consideráveis de terra (30%) e água (8%) são usadas para a sua produção (TUOMISTO; MATTOS, 2011). O segundo fator está relacionado à saúde. Apesar de ser boa fonte de energia e uma variedade de nutrientes essenciais – incluindo proteínas e micronutrientes, como ferro, zinco e vitamina B12 –, é observado uma alta associação entre a alta ingestão de carne e o risco de doenças cardiovasculares e, também, o desenvolvimento de cânceres (GODFRAY *et al.*, 2018). A carne vermelha quando processada pode ser ainda mais prejudicial por ser rica em

ácidos graxos saturados – que aumentam o colesterol – e sal, que pode aumentar a pressão sanguínea (WOLK, 2017). Portanto, a participação de produtos de origem animal – em especial a carne vermelha – em dietas futuras será um determinante chave para o meio ambiente e a saúde humana.

Há que se considerar, no entanto, que questões ligadas à alimentação humana contemplam mais do que apenas as necessidades fisiológicas. O ato de se alimentar está repleto de cultura, saberes e símbolos. Conforme Menasche *et al.* (2012) as diversas formas de produção e consumo de alimentos constituem construções materiais e simbólicas. Tais práticas estão associadas à conformação de identidades e expressam relações sociais e de poder situadas no campo histórico. Comer é um dos atos culturais mais profundamente enraizados, e, no que concerne aos aspectos sociais, comer representa uma forma importante de demonstrar distinção. Trata-se, portanto, de um fenômeno social complexo que envolve tanto aspectos fisiológicos e sociais, quanto culturais e econômicos (LÉVI-STRAUSS, 1975; SAHLINS, 1976).

Mudanças em hábitos alimentares encontram as mais diversas barreiras que vão da neofobia – a falta de desejo, a recusa e/ou a tendência a evitar novos alimentos – às questões ligadas à identidade e aos valores pessoais (LOBB *et al.*, 2007; BARRENA, SÁNCHEZ, 2012; FREWER *et al.*, 2016; BASTIAN, LOUGHNAN, 2017; MENOZZI *et al.*, 2017; GALLEN *et al.*, 2018). O costume ou hábito de consumir carne, para Bastian e Loughnan (2017), está de tal forma institucionalizado que é comum que os indivíduos evitem refletir a respeito de questões que abordem o tema. Nesse sentido, há diversas instituições que agem como uma barreira de impedimento do processo reflexivo.

Embora haja evidências de que dietas baseadas em redução de carne vermelha podem reduzir a emissão de gases de efeito estufa (POORE, NEMECEK, 2018), além de forte correlação entre criação de gado e desmatamento na Amazônia (RIVERO, *et al.*, 2009; MEAT ATLAS, 2021), argumenta Richani (2021) que há forte oposição à adoção de políticas de redução da criação de gado, evidenciando o poder político dos atores em jogo que utilizam a seu favor a matriz institucional – leis e políticas de incentivo –, favorecendo, desse modo, a especulação e o exercício de poder político, resultando em um capitalismo rentista.

Instituições são campo de disputa discursiva e política (DARDOT, LAVAL, 2017; VEBLEN, 2016). O ato de instituir um novo acordo social passa pela substituição de antigas instituições em um processo de luta política que ocorre em um determinado campo. A questão da mudança de hábito alimentar, além de seus aspectos culturais, contempla elementos da organização da vida socioeconômica. O mercado, como aduz Polanyi (2012), não é um ente separado das relações sociais e seu processo de desincrustação tem causado problemas estruturais. Ademais, há agentes econômicos com os mais diversos interesses na manutenção das atuais formas institucionais. De acordo com Bourdieu (1984), há um tensionamento de forças e um jogo de poder ligado ao estabelecimento de uma pauta de discussão. Para encontrar uma resposta para uma pergunta política é necessário, antes, que tal questão seja considerada um problema político.

Fenômenos como a crise climática, a disseminação de novos vírus e a extinção de espécies estão intrinsecamente ligados às estruturas institucionais/organizacionais pautadas pela exploração do homem e do meio ambiente, e à propagação da ficção individualista para fins pecuniários. De acordo com Dardot e Laval (2017), a descoletivização da ação nos levou a um cenário de desolação social. Não se trata apenas de uma discussão a respeito de bens comuns naturais (terra, água, ar, floresta), mas de como mudar profundamente a economia e a sociedade.

Neste ensaio argumentamos que a instituição de uma agenda para a redução da carne vermelha ultrapassa meramente questões de tecnologias alternativas proteicas ou os tradicionais instrumentos de política ambiental. Tal problemática, reconhecendo suas múltiplas determinações e relações, se insere no reconhecimento da questão como um problema político da ordem do comum, em que se faz necessário questionar os próprios fundamentos da ordem

institucional vigente. Diante do exposto este trabalho investigou a literatura pertinente à temática a fim de identificar os principais obstáculos relatados relacionados à concepção e implementação de uma agenda política de redução do consumo de carne vermelha.

2 Redução de Carne Vermelha: Obstáculos Institucionais

O setor pecuário causa forte impacto ambiental tais como emissão de gases de efeito estufa e significativo consumo de recursos naturais, incluindo água e solo (TUOMISTO, MATTOS, 2011; GERBER *et al.*, 2013; GROSSI *et al.*, 2019). Há uma projeção de aumento de 72% no consumo mundial de carne previsto para o ano de 2030 comparados aos números do ano 2000, enquanto a projeção de mitigação do impacto no meio ambiente relativo à produção de carne – por meio de estratégias tecnológicas – está na casa de apenas 20%. Portanto, para a promoção de uma agenda de sustentabilidade ambiental, são necessários projetos de redução do consumo de carne (LENTZ *et al.*, 2018).

Para além dos já citados malefícios da produção tradicional de carne, Bastian e Loughnan (2017) argumentam que o consumo de carne também levanta questões morais. Para muitas pessoas o sofrimento animal é ofensivo e emocionalmente perturbador. De acordo com os autores, quando há conflito psicológico entre o hábito de comer carne e a responsabilidade moral pelo sofrimento animal, ocorre o que eles nomeiam de “o paradoxo da carne”. Este paradoxo pode ser compreendido sob a perspectiva da dissonância cognitiva, em que um estado emocional de desconforto emerge quando as pessoas têm uma experiência ou comportamento inconsistente com seu conjunto de atitudes e crenças: há um conflito entre o desejo de a pessoa comer carne e a sua crença de que animais não devem ser maltratados (BASTIAN; LOUGHNAN, 2017).

Pluhar (2010) menciona que a qualidade de vida de animais criados para o abate decai cada vez mais, fazendo com que as práticas atuais se assemelhem a processos fabris, o que torna tais práticas, segundo o autor, eticamente injustificáveis. Nesse sentido, o processo de dissonância pode trabalhar para incorporar ações consideradas imorais nas mentes dos indivíduos e, dessa forma, cristalizar comportamentos considerados questionáveis, resultando assim, em uma cápsula de proteção para que as pessoas evitem experimentar situações de desconforto. Normas sociais e ritualizações amenizam e, até mesmo, obscurecem conflitos de ordem moral. Dessa forma, a formação do hábito possui um papel preponderante para evitar desvelar instituições legitimadas.

Embora sejam apontados conflitos de ordem moral quanto ao consumo de carne, há, além dos seus benefícios nutricionais, valores culturais institucionalizados, hábitos mentais, que devem ser analisados. Para Bastian e Loughnan (2017) o ato de comer carne tem um papel central na cultura humana. De acordo com Lentz *et al.*, (2018) e Sahlins (1976), no ocidente o ato de comer carne está associado a ideias de poder, masculinidade, saúde e status.

Destarte, Sahlins (1976) adverte para o utilitarismo do pensamento econômico ortodoxo. O autor evoca Veblen (1965) para enfatizar suas críticas ao processo produtor de *status*, no apelo da pretensa superioridade funcional de um produto. Para Sahlins (1976), a demanda por carne justifica o interesse das instituições por um sistema que não considera os custos de oportunidade de outros animais para criação e abate, o que é uma contradição econômica *per se* na lógica liberal supostamente racional.

Há, portanto, toda uma estrutura cristalizada, institucionalizada, no que diz respeito ao consumo de carne vermelha. Segundo Bastian e Loughman (2017), os hábitos permitem que pessoas possam, por exemplo, consumir carne sem fazer reflexões sobre o ato e, assim, evitar a experiência de dissonância. Entretanto, tal situação não ocorre fora de um determinado contexto social. Os hábitos devem ser socialmente compartilhados, ou seja, com muita

frequência e pouca reflexão a fim de serem legitimados. O comportamento legitimado socialmente diminui a sensação de conflito com a crença individual.

Com efeito, no momento em que o indivíduo é exposto a um evento causador de dissonância, ele pode, conscientemente ou não, criar várias estratégias para lidar com essa dissonância sem enfrenta-la. Essas estratégias podem ser diretas e explícitas, como a negação do sofrimento animal, a crença em uma hierarquia na qual seres humanos são colocados acima de não humanos, e/ou a justificativa com base em fatores nutricionais (ROTHGERBER, 2013; PIAZZA *et al.*, 2015; LOUGHMAN, 2017). Outra estratégia utilizada que torna desnecessária outras justificativas é o processo de dissociação da carne de suas origens animais (KUNST, HOHLE, 2016; TIAN *et al.*, 2016).

Há que se considerar que no campo econômico ligados à produção e venda de carne vermelha há agentes e atores políticos com forte influência. Bourdieu (1997) adverte que o mercado é produto de uma construção social, um artefato histórico e não um “dado puro” envolvendo oferta e demanda – abstrações econômicas. As propensões, preferências e necessidades das pessoas são contingentes, estão historicamente localizadas, não são exógenas, ou seja, dependentes de uma natureza humana universal. Em outras palavras, a dimensão econômica, como ensina Bourdieu (1997) não é um cosmo que obedece às suas próprias leis, mas um conjunto de atores que estão em permanente conflito e embate.

Vê-se, assim, que o desafio de redução de carne vermelha é massivo e de grande complexidade político/institucional. O estabelecimento de uma agenda, portanto, demanda a compreensão de diversos fatores, entre eles, o seu campo de disputa, ou, de como uma questão é transformada (ou obstaculizada sua transformação) em um problema político.

3 Considerações acerca de Formulação de Agenda Política

Souza (2006) argumenta que o principal foco de política pública: é identificar qual problema de Estado deve ser corrigido (implantação da agenda), em qual momento, como levá-lo ao sistema político e à sociedade política, e quais instituições irão servir como modelo para as decisões governamentais. Outrossim, segundo Capella (2006), do ponto de vista da estratégia política a definição do problema é fundamental para o sucesso da formulação de uma nova agenda.

De acordo com Melges, Figueiredo Neto e Benini (2021), tradicionalmente para corrigir falhas de mercado causadas pelos agentes econômicos, os governos utilizam dois tipos de instrumento de política ambiental: os de comando e controle, que fixam parâmetros técnicos para as atividades econômicas, ou seja, restrições; e os econômicos, que atuam diretamente no consumo/custo da produção, objetivando a indução de comportamento social por meio de incentivos.

Nordgren (2012) defende que formuladores de políticas públicas devem adotar políticas que incentivem reduções no consumo de carne sem endossar iniciativas de cortes drásticos no consumo ou mesmo políticas de proibição. Em orientação oposta, Vinnari e Tapio (2012) defendem políticas públicas mais intrusivas para garantir uma alimentação mais ecológica e moral. Os autores defendem a reconstrução do sistema de tributação alimentar pigouviano introduzido por Goodland (1997), no qual os alimentos devem ser tributados de acordo com sua carga ambiental. Uma versão elaborada também pode incluir um imposto ético que incorpora as atitudes dos consumidores em relação ao bem-estar animal e um coeficiente que leva em consideração o valor inerente aos animais.

Para Godfray *et al.*, (2018 p. 2) “não está claro até que ponto os formuladores de políticas têm licença social para intervir e influenciar em mudanças no consumo de carne e, se o fizerem, quais intervenções podem ser eficazes”. Os autores ainda reforçam a complexidade dessas questões dada as múltiplas narrativas que nos influenciam sobre tal consumo. Por seu

turno, advogam Springmann et al (2018) que o atual sistema de produção de alimentos e os problemas ambientais que enfrentamos são de tal magnitude que apenas uma combinação de medidas que incluem regulação governamental, mudança de hábitos alimentares para dietas mais baseadas em plantas, desenvolvimento de novas tecnologias, além de novas formas de manejo do solo e da água, poderão contribuir efetivamente para a mitigação do atual processo de pressão exercida sobre o meio-ambiente.

De acordo com dados da FAO, havia aproximadamente 820 milhões de pessoas em estado de desnutrição ou subnutrição no ano de 2019, ou cerca de 11% da população global (FAO, 2019). Conforme Braga (2004), deve haver uma defesa da sustentabilidade do sistema agroalimentar que atenda às práticas saudáveis de alimentação contribuindo para a dignidade e desenvolvimento integral da pessoa humana. Para Da Silva (2005), há grande necessidade de produzir mais comida para alimentar os seres humanos, assim como aumentar a diversidade da cesta tradicional de alimentos que são consumidos. Nesse sentido, de acordo com Porritt (2010), é surpreendente que políticos e formuladores de políticas públicas demonstrem pouco ou nenhum interesse em estratégias para reduzir o consumo de carne e incentivar práticas alimentares mais sustentáveis.

Um outro campo de disputa política, o campo da ciência – especificamente o campo da Administração –, apresenta também suas limitações no que concerne ao tema em tela. Diante do aumento da população, da escassez dos recursos naturais e de diversas outras questões ambientais, muitas pesquisas são direcionadas para a área de consumo e novos comportamentos dentro da lógica de mercado. Dessarte, as abordagens referentes aos temas de novas formas de consumo proteicos, como a entomofagia, carne cultivada, ou novos hábitos alimentares baseados em dietas que não incluam carne, operam por uma perspectiva funcionalista ou enfatizam problemas ligados ao mercado e às novas formas de comercializar produtos que não recebem uma boa aceitação do público, como por exemplo, os trabalhos de Barrena and Sánchez (2012), Verbeke (2015), Menozzi *et al.* (2017), Sogari *et al.* (2018) e Gallen *et al.* (2018).

Nesse sentido, Bourdieu (1984) adverte que pesquisas que envolvem estatísticas baseadas em entrevistas estão sempre subordinadas a interesses políticos. O significado das respostas está muito ligado a quais perguntas foram feitas, como foram feitas e, principalmente, quais não foram feitas. Além disso, deve-se levar em consideração que para responder a uma pergunta política é necessário constituí-la, antes, como política, pois todo problema político envolve questões de poder e tensionamentos sociais, e, dessa forma, é muito inadequado tentar representar o estado de opinião pública por meio de uma porcentagem.

Ademais, podemos argumentar que dentro do campo da ciência da Administração algumas mensurações conjunturais podem obscurecer problemas estruturais da atual forma de organização da produção e consumo. Sahlins (1976) demonstrou que há um custo de oportunidade que não é inserido nos preços das carnes de abate. Da mesma forma, podemos considerar que há custos sociais que são negligenciados no que diz respeito ao nosso atual sistema econômico. Costanza *et al.* (1997) evidenciaram que os custos sociais do nosso atual modelo de produção superam em muito os benefícios do atual modelo de precificação. Os autores identificaram no ano de sua pesquisa que há uma defasagem de, pelo menos, 1,8 (um ponto oito) no valor real do Produto Nacional Bruto Global se computados todos os custos sociais à precificação da produção.

Diante do que expusemos até o momento, entendemos que os problemas gerados pelo mercado não podem ser resolvidos pelos instrumentos tradicionais de políticas públicas que operam via mercado. Tampouco pela estrutura/ordem institucional que rege as relações sociais hodiernas, a saber, a ordem neoliberal, que tem como paradigma, segundo Harvey (2014), o esvaziamento do Estado e o esgarçamento das ações coletivas.

Polanyi (2012) assevera que o homem e a economia realizada pelo homem estão imersos nas relações sociais. O mercado é uma instituição que funciona principalmente fora da economia e não dentro dela, pois depende de outras instituições, como o Estado, por exemplo, para garantir direitos de propriedade. Para Polanyi (2012) um mercado que opera “fora” da sociedade é uma ficção, trata-se de um discurso que busca ocultar os reais interesses de um determinado agente.

Retomemos a observação de Bourdieu (1997) de que o mercado é um constructo, um campo de forças, em que os atores buscam defender seus interesses. Embora haja dados que demonstrem os problemas ambientais ligados a criação de gado, os empresários do setor são um forte ator político cuja atuação pode impedir que o tema da redução da carne vermelha se transforme em uma agenda política (FAMINOW, 1997; RICHANI, 2012).

Tratemos dessa questão. Em trabalho realizado sobre redução de impactos ambientais via consumo e produção, Poore e Nemececk (2018) evidenciaram que uma dieta reduzindo o consumo de carnes e aumentando o de plantas é uma das alternativas para a redução de gases de efeito estufa. Por seu turno, Rivero et al (2009), demonstraram que o desmatamento da Amazônia está diretamente correlacionado com a pecuária. Outrossim, segundo o Atlas da Carne de 2021, 63% da área desmatada da Amazônia é transformada em pasto para o gado (Meat Atlas, 2021). Apesar de todas essas evidências e mesmo com a recomendação do último relatório do IPCC a respeito da redução do consumo e consequentemente da redução da produção de carne (IPCC, 2021), agentes políticos entraram na arena para a defesa da ordem vigente. Isso pôde ser observado, por exemplo, na forte oposição que fez o governo brasileiro à conclusão do relatório do IPCC de 2021 que recomendava uma dieta mais baseada em plantas (BBC, 2021).

Para Dardot e Laval (2017), o capitalismo está a nos impor uma tragédia, uma situação intolerável que está além da “crise ambiental”, pois perpassa todo o modo de organização social, incluindo o econômico, e, portanto, a discussão deve avançar no que diz respeito à contestação do chamado “direito de propriedade”. Para os autores devemos ir além do processo passivo de “institucionalização” – uma força de cima para baixo –, e abrir espaço para o ato de *instituir* o “comum”, práxis emancipatória de coinstituição de regras de organização da vida social. De acordo com os autores o “comum” é o princípio efetivo do combate a atual ordem capitalista e ao seu Estado empresarial. É o termo central de alternativa ao neoliberalismo e da superação do capitalismo sem abraçar antigas ideias de comunismo de Estado.

Frente ao exposto, de forma resumida, entendemos que o principal entrave para a formulação de uma agenda para a redução de carne vermelha está além do “produto” per se. O problema está localizado na correlação de força dos atores, em um quadro que a estrutura institucional hodierna ampara os homens de negócio – no sentido vebleniano, os “sabotadores” da organização social voltada para a comunidade (VEBLEN, 2016) –, a despeito dos prejuízos causados à sociedade, evitando que a questão seja colocada como um problema político.

4 Conclusão

Passamos por um cenário grave ligado aos desafios ambientais que incluem desmatamento, aquecimento global, aumento da desigualdade social, disseminação de agentes infecciosos e diversos tipo de pressão ambiental. Tais fenômenos estão diretamente relacionados às estruturas institucionais/organizacionais que têm como base a defesa do hiper individualismo e da exploração do homem e do meio ambiente para fins puramente mercantis.

Nesse sentido, dada a complexidade do tema em tela, entendemos que os instrumentos tradicionais de política ambiental são insuficientes para o enfrentamento da questão, pois estão inseridos dentro da “lógica de mercado”, ou seja, de um aparato institucional que objetiva a mercantilização ilimitada da vida e responde com mais “mercados” aos problemas gerados pela

atual forma de ordenamento das relações sociais. Outrossim, a matriz institucional atual – nossos hábitos compartilhados formal (leis) ou informalmente (costumes) – permite que possamos fazer nossas refeições sem muitas reflexões, uma legitimação que evita experiências dissonantes e conflitos com nossas crenças.

O ato de comer está ligado a uma forte carga simbólica e aos nossos valores pessoais. Alimentar-se é mais do que um processo mecânico de nutrição, é também um ato de prazer, socialização e ritualização, enraizado nas mais diversas culturas que ultrapassa aspectos funcionais ligadas à mera nutrição. Dessa forma, alterações do que é considerado comestível pode gerar grande desconforto aos indivíduos. Em contrapartida, há questões éticas ligados ao cuidado com os animais e ao planeta que não podem ser ignoradas. Nossos hábitos alimentares não são meramente uma questão de escolha, de ato individual, eles são parte da complexa teia de relações da qual o ser humano está imerso.

Desse modo, a instituição de novas práticas alimentares é um fenômeno de alta complexidade que exige de nós a necessidade imediata de estabelecer a questão como um problema político dado a emergência da crise ambiental/social pela qual passamos. A questão da redução do consumo de carne vermelha exige o reconhecimento que a forma como organizamos a produção e distribuição de alimentos no mundo, sob a perspectiva capitalista – e mais ainda dentro da sua forma contemporânea, o neoliberalismo – é o cerne do problema.

É necessário criar um espaço de discussão e ação que ultrapasse os interesses particulares. A descoletivização da ação, paradigma da ordem neoliberal, nos levou a um cenário de desolação social. Portanto, é necessária uma articulação que promova lutas emancipatórias, pois somente por meio da recuperação das ações coletivas e o reconhecimento de que problemas dessa natureza demandam o esforço coletivo comum que poderemos criar condições para enfrentar um problema da magnitude do que foi colocado neste trabalho.

Por fim, diante da complexidade e urgência do tema abordado, entendemos que a temática tensionada neste trabalho não pode ser respondida por uma perspectiva política puramente funcional, com base em instrumentos tradicionais, ou com pesquisas mercadológicas baseadas em intenção de consumo de novos alimentos, ainda que novas tecnologias sejam bem vindas. Por conseguinte, defendemos que é necessária uma discussão ampla que questione, inclusive, os fundamentos do atual sistema econômico e das formas de organização social. Nesse sentido, uma ciência administrativa que tenha como objetivo criar formas de autogestão, de gestão cooperativa, cuja lógica seja do bem comum, pode dar grande contribuição para o desafio que nos foi colocado.

Referências

Barrena R and Sánchez M. (2012) Neophobia, personal consumer values and novel food acceptance. *Food Quality and Preference* 27: 72–84.

Bastian B and Loughnan S (2017) Resolving the meat-paradox: A motivational account of morally troublesome behavior and its maintenance. *Personality and Social Psychology Review* 21(3): 278-299.

BBC (2021) *COP26: As críticas do Brasil a relatório da ONU crucial para conferência sobre mudanças climáticas*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58928120>. Acesso em 31/01/2022.

Bonny SPF, Gardner GE, Pethick DW and Hocquette JF (2017) Artificial meat and the future of the meat industry. *Animal Production Science* 57(11): 2216–2223.

Bourdieu P (1984) *Questions de sociologie*. Les Éditions de Minuit, Paris.

Bourdieu P (1997) Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Économie et Économistes* 119: 48-66.

Bourdieu P (2011) *A distinção: crítica social do julgamento*. Zouk, Porto Alegre, RS.

Braga V (2004) Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. *Saúde em Revista* 6(13): 37-44.

Capella ACN (2006) Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* 61: 25-52.

Costanza R, D'Arge R, Groot R, Farberck S, Grasso M, Hannon B, Limburg K, Naeem S, O'Neill R, Paruelo J, Raskin RG, Suttonkk P and Van Den Belt M (1997) The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature* 387: 253-260.

Da Silva, CA (2005) The growing role of contract farming in agri-food system development: drivers, theory and practice. *FAO*, Rome.

Dardot, P, and Laval, C (2017) *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.

Faminow M. D. (1997) The Brazilian Cattle Sector: Status, Prospects and Controversies. *Canadian Journal of Agricultural Economics* 45(3): 179–199.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (2011a) *Payments for ecosystems services and food security*. Rome.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (2011b) *World Livestock. Livestock in food security World*. Rome.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (2015) *The state of food insecurity in the world*. Rome.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (2019) *The state of food security and nutrition in the world 2019*. Rome.

Frewer LJ, Fischer ARH, Brennan M, Bánáti D, Lion R, Meertens RM, Rowe G, Siegrist M, Verbeke W and Verelijken CMJL (2016) Risk/Benefit Communication about Food-A Systematic Review of the Literature. *Critical Reviews in Food Science and Nutrition* 56: 1728–1745.

Gallen C, Pantin-Sohier G and Pevrat-Guillard, D. (2018) Les mécanismes cognitifs d'acceptation d'une innovation alimentaire de discontinuité : le cas des insectes en France. *Recherche et Applications en Marketing* 34(1): 50-77.

Gerber PJ, Steinfeld H, Henderson B, Mottet A, Opio C, Dijkman J and Falcucci A (2013) Tackling Climate Change Through Livestock. *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)*, Rome.

Godfray HCJ, Aveyard P, Garnett T, Hall JW, Key TJ, Lorimer J, Pierrehumbert RT, Scarborough P, Springmann M and Jebb SA (2018) Meat consumption, health, and the environment. *Science* 361: eaam5324.

Goodland, R (1997) Environmental sustainability in agriculture: diet matters. *Ecological Economics* 23(3):189-200.

Grossi G, Goglio P, Vitali A and Williams A (2019) Livestock and climate change: impact of livestock on climate and mitigation strategies. *Animal Frontiers* 9(1): 69-76.

Harvey, D. (2014) *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.

IPCC (2021) Climate Change 2021. Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. *Cambridge University Press*. In Press.

Kunst JR and Hohle SM (2016) Meat eaters by dissociation: How we present, prepare and talk about meat increases willingness to eat meat by reducing empathy and disgust. *Appetite* 105: 758-774.

Lentz G, Connely S, Miroso M and Jowett T (2018) Gauging attitudes and behaviours: Meat consumption and potential reduction. *Appetite*, 127: 230–241.

Lévi-Strauss C (1975) *Antropologia Estrutural*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

Lobb AE, Mazzochi M and Traill WB (2007) Modelling risk perception and trust in food safety information within the theory of planned behavior. *Food Quality and Preference* 18(2): 384–395.

Meat Atlas (2021) Facts and figures about the animals we eat. *Heinrich Böll Stiftung*, Berlin, Germany.

Melges, F., Figueiredo Neto, L. F., & Benini, Élcio G. (2021) Pagamento por Serviços Ambientais de Recursos Hídricos na Região Centro-Oeste do Brasil: uma abordagem crítica da perspectiva coaseana. *Interações* (Campo Grande), 22(3), 907-924.

Menasche R, Alvarez M and Collaço J. (2012) *Dimensões socioculturais da alimentação: Diálogos latino-americanos*. Editora da UFRGS, Porto Alegre (RS).

Menozi D, Sogari G, Veneziani M, Simoni E and Mora C (2017) Eating novel foods: An application of the Theory of Planned Behaviour to predict the consumption of an insect-based product. *Food Quality and Preference* 59: 27–34.

Nordgren A (2012) Ethical issues in mitigation of climate change: the option of reduced meat production and consumption. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics* 25(4): 563-584.

Piazza J, Ruby MB, Loughnan S, Luong M, Kulik J and Watkins HM (2015) Rationalizing meat consumption. The 4Ns. *Appetite* 91(1): 114–128.

- Pluhar EB (2010) Meat and Morality: Alternatives to Factory Farming. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics* 23(5): 455–468.
- Polanyi, K. (2012) *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Poore, J.; Nemecek, T (2018). Reducing food's environmental impacts through producers and consumers. *Science* 360, 987-992.
- Porritt J (2010) Confronting policy dilemmas. In D'Silva and Webster J. The Meat Crisis: Developing More Sustainable Production and Consumption. *Earthscan Publications*, London.
- Rivero, S, Almeida, O, Ávila, S, Oliveira, W (2009). Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 19 (1), 41-66.
- Rothgerber H (2013) Real men don't eat (vegetable) quiche: Masculinity and the justification of meat consumption. *Psychology of Men and Masculinity* 14(4): 363-375.
- Sahlins MD (1976) *Culture and Practical Reason*. Chicago Press, Chicago.
- Sogari G, Menozzi D and Mora C (2018) The food neophobia scale and young adults' intention to eat insect products. *International Journal of Consumer Studies* 43(1): 68-76.
- Souza C (2006) Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias* 16: 20-45.
- Springmann M, Wiebe K, Mason-D'Croz D, Sulser TB, Rayner M and Scarborough P (2018) Health and nutritional aspects of sustainable diet strategies and their association with environmental impacts: a global modelling analysis with country-level detail. *The Lancet* 2(10): E451-E461.
- Swain M, Blomqvist L, McNamara J and Ripple WJ (2018) Reducing the environmental impact of global diets. *Science of the Total Environment* 610-611: 1207-1209.
- Veblen, T. (1965) *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Pioneira.
- Veblen, T. (2016) *The theory of business enterprise*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Verbeke W (2015) Profiling consumers who are ready to adopt insects as a meat substitute in a Western Society. *Food Quality and Preference* 39: 147-155.
- Vinnari M and Tapio P (2012) Sustainability of diets: from concepts to governance. *Ecological Economics* 74: 46-54.
- WHO - World Health Organization (2003) *Climate change and human health: risks and responses*. Available from: <https://www.who.int/globalchange/publications/climchange.pdf>
- Wolk A (2017) Potential health hazards of eating red meat. *Journal of Internal Medicine* 281(2): 106-122.